

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 1/2019

Sessão Extraordinária de 25 de Janeiro de 2019

Aos vinte cinco dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, na Sala de Reuniões do Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----**Lista de Presenças:**-----

24 Deputados Municipais do PS- Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Hermes Luis de Brito Alberto, Joana Guerreiro da Conceição, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes (em substituição de Fábio Miguel Cortes Nobre), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Adriana Cavaco Guerreiro (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Paulo Manuel Cavaco Nogueira (em substituição do Presidente a Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Eduardo Manuel Graça Amador (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

9 Deputados Municipais do PSD- Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Ricardo Manuel Casanova Lampreia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Miriam do Amaral Correia, Duarte José de Sousa Duarte (em substituição de Sebastião Francisco Seruca Emídio), Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa (em substituição de Sêrgia Maria Vicente Coelho Medeiros), Deodato Martins João (Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/ Benafim);-----

1 Deputado Independente- Fernando Domingos dos Santos;-----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vitor Aleixo e os **Vereadores**, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Horácio Correia da Piedade e João Carlos Dias dos Santos (em substituição do vereador José Manuel Valente Graça)-----

Não estiveram presentes os vereadores, Pedro Pimpão, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias e José Graça.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os **Deputados Municipais do PS**, Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Fábio Miguel Cortes Nobre, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Márcio Alexandre Bandeira Fernandes.-----

O Deputado António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Adriana Cavaco Guerreiro.-----

O Deputado José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), comunicou impedimento em estar presente, designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Paulo Manuel Cavaco Nogueira.-----

O Deputado Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), comunicou impedimento em estar presente, designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Eduardo Manuel Graça Amador.-----

Os **Deputados Municipais do PSD**, Sebastião Francisco Seruca Emídio, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Duarte José de Sousa Duarte, Sêrgia Maria Vicente Coelho Medeiros, tendo a mesma sido substituída



Handwritten initials and signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

respetivamente por Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa.-----

O Vereador do PSD, José Manuel Valente Graça, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por João Carlos Dias dos Santos.-----

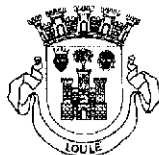
Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ordem de Trabalhos-----

- 1- *Intervenção do Público*;-----
- 2- *Aprovação de Atas*;-----
- 3- *Informação sobre Expediente e Requerimentos*;-----
- 4- *Período de Antes da Ordem do Dia*;-----
- 5- *Moções*;-----
- 6- *Período da Ordem do Dia*;-----

a)- Proposta 01/2019- Deliberação relativa à Proposta de Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 101/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e das Entidades Intermunicipais no Domínio da Justiça, ao abrigo do Artigo 35.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 101/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 73-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

b)- Proposta 02/2019- Deliberação relativa à Proposta de Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 102/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais no Domínio dos Projetos Financiados por Fundos Europeus e Programas de Captação de Investimento, ao abrigo das alíneas c) e d) do Artigo 37.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 102/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 74-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

c)- Proposta 03/2019- Deliberação relativa à Proposta de Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 103/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e das Entidades Intermunicipais no Domínio do Apoio às Equipas de Intervenção Permanente das Associações de Bombeiros Voluntários e para os Órgãos das Entidades Intermunicipais no Domínio da Rede dos Quartéis de Bombeiros Voluntários e dos Programas de Apoio às Corporações de Bombeiros Voluntários, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14.º e do Artigo 34.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 103/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 75-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

d)- Proposta 04/2019- Deliberação relativa à Proposta de Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 99/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais no Domínio da Promoção Turística Interna Sub-regional, em articulação com as Entidades Regionais de Turismo, ao abrigo do Artigo 36.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 99/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 72-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- Proposta 05/2019- Deliberação relativa à Proposta de Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 97/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais no Domínio da Gestão das Praias Marítimas, Fluviais e Lacustres integradas no Domínio Público Hídrico do Estado, ao abrigo do Artigo 19.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 97/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 76-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

f)- Proposta 06/2019- Deliberação relativa à Proposta de Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 105/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais no Domínio da Habitação, ao abrigo do Artigo 17.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 105/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 77-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

g)- Proposta 07/2019- Deliberação relativa à Proposta de Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 107/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais no Domínio do Estacionamento Público, ao abrigo do Artigo 27.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 107/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 78-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Foram iniciados os trabalhos;-----

1-Intervenção do Público;-----

Pediu a palavra a cidadã **Carina Cavaco**, dizendo que o que a traz a esta Sessão, é um processo que tem a decorrer na Câmara, e que já a está a aborrecer e a desgastar bastante, porque tem uma vizinha que decidiu obstruir-lhe o caminho, razão pela qual não consegue ter acesso ao seu terreno, e que a Câmara Municipal nunca conseguiu resolver a situação, dizendo que também já foi a Tribunal e à GNR, porque aquele caminho sempre existiu de serventia a várias casas, a Câmara passou uma Certidão a dizer que o caminho era público, mas nada é feito, e se houver um incêndio, ninguém chega ao seu terreno e não se conseguirá salvar nada, e como já não sabe a quem mais se deve dirigir, remeteu um email, dirigido a todos os Grupos Municipais, para que também tivessem conhecimento da sua situação, e veio a esta Sessão expor o seu problema, para ver se o mesmo se soluciona.-----

Seguidamente o Senhor **Presidente da Assembleia**, confirmou que a exposição desta situação, foi recebida por email e remetida aos líderes dos Grupos Políticos Municipais, e dado conhecimento à Câmara Municipal, pedindo que seja dado o devido seguimento ,com resposta à munícipe , com conhecimento à Mesa da Assembleia-----

De seguida foi dada a palavra à cidadã **Helena Baião**, dizendo que se tivesse que escrever um artigo sobre o que se passa nos últimos dias em Quarteira, o título seria "Se o ridículo matasse", porque na realidade aquela ciclovia que está a ser construída em Quarteira, só pode ter este nome, e que gostaria de fazer um Convite ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, no dia 1 de Agosto, pelas 11 horas, tentasse circular na via dos veículos automóveis, como os cidadãos, com esta nova ciclovia, com o novo estacionamento, neste projeto piloto, e com a certeza absoluta de uma distancia insuficiente para passar um Carro dos Bombeiros, ou um Transporte Especial, ou seja, se naquele dia houver necessidade de passar pelo Centro de Quarteira, um Transporte Especial, de certeza absoluta que entre esse Carro e o separador, não vai haver espaço para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

este passar, porque deslocou-se lá, e viu pessoalmente, que vão haver acidentes gravíssimos com os automóveis, acidentes nas passadeiras, e de facto, ficou muito surpreendida, mais uma vez, por ver que não existe um pensamento estratégico sobre a cidade de Quarteira, e no seu entender, todos têm que se sentar à volta de uma mesa, e falar, porque não podem haver mais medidas avulso como esta, sem haver debate, sem se saber a opinião da população.-----
Falou também das obras da Estrada de Vale do Lobo, questionando o Executivo sobre a data do seu recomeço.-----

Foi dada também a palavra ao cidadão **Tiago Grosso**, que começou por falar sobre as praias, e da gestão da zona costeira, dizendo que a Câmara Municipal deveria ter um olhar atento, porque é um bem público, e um dos fatores de atratividade do nosso Concelho, e na zona do Trafal, Cavalo Preto, Loulé Velho e Almargem, o topo das falésias dessas praias, é utilizado por dezenas de caravanistas, com estendais, e uma serie de equipamentos, tapando completamente a vista sobre a praia, de quem passa ali para usufruir daquele espaço, não sabendo se de facto aquilo é legal, e em termos de ordenamento de território, seja uma situação correta, e não prestigia, nem traz dignidade aquele espaço.-----

Abordou também o assunto das praias de Quarteira, de facto são várias praias, e questionou o Executivo sobre o nome real da praia ou praias de Quarteira, porque parece que algumas praias acabam por ter o nome dos bares, cafés, que são explorados nas praias, e esta situação dignificará as nossas praias?-----

Falou também do Passeio das Dunas, e da manutenção do espaço, e por aquilo que vê, aquele espaço está muitas vezes ao abandono, não existem caixotes de lixo suficientes e o lixo acumula-se nas dunas e não dignifica aquela área.-----

Relativamente à Festa da Passagem de Ano, as praias ficaram cheias de confettis de plástico, e a limpeza das mesmas nesta altura, não é feita com regularidade, e existe também o risco desses plásticos irem para o mar, pelo que, devia de haver mais cuidados ambientais por parte da Autarquia, nesta altura e após a Festa da Passagem de Ano.-----

Sobre a gestão da utilização das Piscinas Municipais, disse que já teve uma experiência em Loulé e que está a ter também em Quarteira, que é a dificuldade enorme que tem em utilizar as Piscinas, principalmente para quem tem filhos, a partir das 17h00, que é o horário em que as famílias saem dos trabalhos, não conseguem utilizar as piscinas municipais, porque estão sempre ocupadas pelas escolas ou grupos desportivos, e depois só a mais pequenina de todas é que, às vezes, está disponível, ou a piscina olímpica, ou seja, as piscinas médias, que supostamente deveriam ser utilizadas pelas famílias, estão sempre ocupadas com as aulas de natação, quando supostamente todas as piscinas são públicas, e pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

menos nessas piscinas médias, deveriam deixar 1 ou mais corredores disponíveis para o público, pelo que, considera que a Câmara Municipal deveria ter mais atenção a esta situação e arranjar uma forma de solucionar este problema, com que os utentes se deparam diariamente ao final da tarde.-----

De seguida pediu a palavra o cidadão José Neves, dizendo que o que o traz a esta Sessão, é a continuidade de uma intervenção que fez na última Sessão, em Dezembro, e ia no sentido de começar exatamente como acabou, com uma questão que não foi respondida, e como é evidente a Central de Cimento Pronto, junto à Rotunda da Cimpor, preocupa-o especialmente, e como tal deixou uma questão que é crucial e vai no sentido de saber, se o PDM irá ser alterado, para que de alguma forma, possa ser dada uma resposta à ambição desmedida do empresário que lá está instalado, porque com a alteração do PDM, terá que fazer as malas e sair de casa, porque é impossível viver lá, e como tal, esse receio existe, e foi por isso que fez essa pergunta, que ainda não lhe foi respondida. Referiu que, o licenciamento da fábrica, por questões ambientais, por questões de solos, por questões de segurança rodoviária, por questões de saúde pública, nunca deveria ter existido, foi conseguido à força, com muitas ameaças, mas nunca deveria ter sido conseguido, nunca, e que esta empresa quer crescer desmedidamente, e esse vai ser o próximo passo, porque essa manifestação de expansão, manifestou-se na intenção de aterro de solos que não eram próprios, manifestou-se recentemente num pedido de expansão de atividade, e aqui o Executivo cometeu um pecado capital, porque se o Executivo conhece a sua situação, e que no dia em que foi recebido pela primeira vez no gabinete do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tinha à volta do umbigo, uma escamação na pele e a sangrar, e fez questão de mostrar isso ao Senhor Presidente, e a partir desse dia, o pedido de expansão, tornou-se um pecado capital, porque se já vive uma situação complicada, se um pedido de expansão for aceite, a sua saúde não irá melhorar, como tal, questionou diretamente o Executivo, de qual era a percentagem de expansão solicitada pela empresa, 10%, 30%, 200%? Porque a empresa tem centenas de camiões, e se puder, montará ali, centenas de centrais de betão pronto, é só a Câmara permitir, e este Executivo vai deixar? No dia em que autorizaram esta autorização de expansão, pensaram em si e na sua família? Ou esqueceram-se disso? Porque vive lá, e passa ali um inferno, e a exigência que a empresa está a fazer para a construção de um refeitório naquele local, no seu entender, é inadequada, e neste momento está em curso mais um licenciamento de um pedido de armazenamento de grandes quantidades de combustível, e o Senhor Presidente da Câmara, disse-lhe olhos nos olhos, que iria embargar o pedido, e isso não foi feito, e se está na CCDR e na Câmara Municipal de Loulé, um relatório da GNR Sepna, considerando inapropriado, inadequado, este lugar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para esta laboração, e quando a Câmara se decidiu pela autorização da expansão da Empresa, já tinha este relatório em seu poder? A decisão foi tomada depois de conhecerem o relatório da GNR ou não? Terminando a sua intervenção, questionou o Executivo Camarário se já se imaginaram a viver como ele? E se a Câmara Municipal tinha alguma solução para a sua vida, porque se tiver que fazer as malas, vão proporcionar-lhe uma casa na Quinta do Lago? Referiu que as decisões do Executivo devem ser tomadas no sentido de proporcionarem boas condições aos munícipes, e lamenta que no seu caso em particular, foi permitida a expansão de uma Empresa, que nem sequer deveria existir naquela zona.-----

Por último, foi dada a palavra ao cidadão **Rogério Rochinha**, que começou a sua intervenção falando da recomendação que foi aprovada há um ano atrás, sobre a criação do Provedor do Múncipe, e por indicação do Partido Socialista, do Deputado Calçada Correia, o prazo tinha sido alargado até ao final do ano de 2018, e no final do mês de Janeiro de 2019, ainda nada foi feito, pelo que, gostaria de saber o ponto de situação sobre este assunto. Questionou também o Executivo sobre o que é que pensa fazer no antigo Casino de Quarteira, porque a cidade de Quarteira tem necessidades de Creches, e de uma série de coisas, e em relação à Praça do Mar em Quarteira, perguntou se já havia algum projeto, porque está cada vez mais degradada, e que continua lá um contentor a céu aberto, porque o que era a fonte, neste momento é de facto um contentor a céu aberto, e por falar em contentores, questionou o Executivo, para quando é que estava programada a instalação de contentores subterrâneos para a reciclagem, em Quarteira, porque foi instalado um à cerca de um ano, junto à beira mar, mas até agora não houve instalação de mais. Questionou também o Executivo sobre até quando (em que ano), é que a ALGAR tem contrato para estar onde está, e se será para avançar ou não, o Museu do Mar. E por fim, deixou um alerta sobre a questão dos CTT, porque Quarteira estava sujeita a ficar sem o Posto dos CTT, junto ao Arco-íris, porque querem passar tudo para Vilamoura, e Quarteira não pode de maneira nenhuma ficar sem o Posto dos CTT e é bom que o Executivo comece a pensar no assunto.-----

Concluídas as intervenções do Público, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu a palavra à Senhora Vereadora **Heloísa Madeira**, que começou por responder à cidadã Carina Cavaco, sobre a questão do caminho de serventia, dizendo que o problema deve persistir porque devem existir algumas dúvidas por parte dos Serviços Camarários, mas que o mesmo irá ser analisado, independentemente de existir a tal Certidão, e ser-lhe-á dada uma resposta, apesar desta questão dos caminhos públicos e das serventias, nem sempre serem lineares, e de fácil entendimento, porque a questão das serventias não é da competência da Câmara



[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Municipal, só se o caminho for efetivamente público, é que a CML tem autoridade para atuar e intervir.-----

Relativamente às questões colocadas pelo cidadão José Neves, e relativamente à parte do Planeamento e do Urbanismo, disse que não tinha conhecimento de nenhuma autorização de expansão, nem que esta tenha sido emitida, e o que pode eventualmente haver, entre os milhares de pedidos em sede de receção e de revisão de PDM, e serão todos analisados a seu tempo, mas como aquela área é uma área de RAN e REN, disse que tinha muitas dúvidas em ver ali uma expansão daquele tipo de industria, e quanto ao pedido de armazenagem de combustível, disse que houve de facto um pedido, mas que teve intenção de indeferimento, e uma informação desfavorável por parte dos Serviços Camarários, como tal, não há nenhuma autorização para a instalação de armazenagem de combustível naquele local, e todas as entidades que podem intervir neste assunto, estão mobilizadas no sentido de dar resposta às suas preocupações, e que foram efetuadas vistorias e visitas ao local, estando a ser ponderadas as necessárias medidas a tomar, que de certeza haverão.-----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Vereador Carlos Carmo**, que começou por responder ao cidadão Tiago Grosso, que sobre a questão das falésias e da ocupação que está a ser por Autocaravanas, disse que os Serviços da Câmara, a GNR, a Autoridade Marítima, e o SEF, têm feito uma serie de ações, e que vai ser marcada nas próximas semanas uma reunião entre as diversas Autoridades, para reduzir esta carga de ocupação das falésias.-----

Sobre a questão da utilização de plástico nos confettis na Festa de Final de Ano, a Câmara Municipal, tem vindo a fazer a limpeza, mas essa atenção vai ser redobrada nas próximas iniciativas, para se tentar reduzir esse plástico no areal das praias.-----

Quanto a algumas questões colocadas pelo cidadão Rogério Rochinha, sobre o assunto da colocação dos contentores de reciclagem, disse que existem mais contentores, em várias zonas da cidade de Quarteira, mas que também está inscrito no orçamento municipal para este ano, não só a substituição do sistema que existe e que está obsoleto e que carece de muita manutenção, por outro sistema muito mais recente, como o alargamento considerável, de pontos de contentores enterrados, retirando aquele impacto mais negativo dos grandes contentores da ALGAR, no espaço público.-----

Também foi dada a palavra ao Senhor **Vereador Abílio Sousa**, que começou por falar da implementação da ciclovia em Quarteira, dizendo que algumas pessoas não têm informação suficiente, e que Quarteira é a Freguesia do Concelho que mais acidentes rodoviários e atropelamentos tem, e como tal, o Executivo ainda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

no mandato anterior, apresentou uma candidatura que tem como nome "Laboratórios vivos para a descarbonização", e que essa candidatura foi aprovada e financiada quase a 50%, e trata-se de um projeto que abrange uma serie de ações, que têm como objetivo principal, trazer segurança às pessoas, implementar normas de controle de velocidade e de abrandamento, e para além da ciclovia que está a ser feita, existem outras medidas, enunciando algumas. E sobre a ciclovia, disse também que terá uma zona de proteção e que a circulação será controlada com velocidade máxima de 30 quilómetros/hora.-----
Relativamente à Estrada de Vale do Lobo, disse que a partir do dia 4 de Fevereiro, a obra irá arrancar e que irá iniciar-se em duas fases.-----

De seguida foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que começou a sua intervenção tecendo alguns comentários sobre a questão da ciclovia, e pediu aos cidadãos que confiem no Executivo Municipal, que vai apostar muito nas ciclovias e nos transportes públicos.-----

Sobre o assunto do Passeio das Dunas, disse que aquela zona, foi incluída nas zonas para a manutenção do espaço público do perímetro de ação da Inframoura E.M, e que iria reportar à mesma os reparos feitos pelo cidadão Tiago Grosso.----
Em relação à questão das Piscinas Municipais, disse que se existe dificuldade de acesso às mesmas, tal não deveria de acontecer e que iria ver a situação para que houvesse no mínimo um corredor para uso das mesmas, por parte de qualquer pessoa ou criança.-----

Respondendo ao cidadão José Neves, disse que ele podia contar com o Presidente da Câmara como porta-voz das suas justas reclamações, o problema é que tem poderes limitados, talvez a CCDR é que tem competências para atuar, e autorizar ou não, e no que depender da Câmara Municipal, não haverá ampliação, nem cantina para funcionários, nem alterações ao PDM para aquela zona para consolidar o projeto daquela Empresa.-----

Em relação ao Casino Velho de Quarteira, e ao Museu do Mar, disse que o Executivo está a refletir sobre estes assuntos, porque existem outras prioridades em Quarteira, com outro grau de urgência.-----

Terminadas todas as intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:-----

2- Aprovação de Atas;-----

A Ata n.º 16/2018 (Sessão Extraordinária de 10 de Setembro de 2018), foi aprovada por unanimidade.-----



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

A Ata n.º 17/2018 (Sessão Ordinária de 28 de Setembro de 2018), foi aprovada por unanimidade.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

3- Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

Foi feita uma referência pelo Senhor Presidente da Assembleia, sobre a exposição feita pela cidadã Carina Cavaco remetida por email para os Serviços da Assembleia Municipal, foi reencaminhada para o Executivo e para os quatro Grupos Municipais conforme solicitação da cidadã. Sobre um conjunto de requerimentos que estavam para ser respondidos, nos termos do acordado com o Senhor Presidente da Câmara, numa reunião recente, o Senhor Presidente da Câmara, mostrou a sua preocupação pelo facto das respostas aos requerimentos não virem no tempo devido, fazendo algumas diligências na Câmara para que houvesse desenvolvimentos de uma forma mais célere, e que as poucas respostas recebidas aos requerimentos, iriam ser remetidas aos Senhores Deputados e aos munícipes que os fizeram, na próxima semana, e pensa-se que a situação estará normalizada em termos de respostas, até à próxima Sessão da Assembleia Municipal, em Fevereiro. Referiu ainda, que tinha dado entrada, nesta data, nos Serviços da Assembleia, e posteriormente remetida por email à Câmara Municipal e aos quatro Grupos Municipais, uma exposição feita por um Fundo Imobiliário que é proprietário dos terrenos em que existe o Parque de Campismo de Quarteira, e que tem haver com o processo em curso de medidas preventivas, em relação a esta zona, é uma matéria que neste momento estará a seguir os seus trâmites, e que virá a esta Assembleia em devido tempo. Também referiu que gostaria de dar uma informação sobre as atividades da Assembleia, e que em breve irá preparar um relatório sobre as atividades da Assembleia, desde o início, ou seja, do último trimestre de 2017 e o ano de 2018, e fazendo um resumo da atividade de 2018, disse que durante o ano de 2018 houve 21 Sessões, entre elas, Sessões Ordinárias, Extraordinárias, 5 Sessões Temáticas e 1 Sessão Comemorativa do 25 de Abril, e para além disso, a Comissão Permanente reuniu-se 21 vezes, e ainda, os Deputados Municipais representados pela Comissão Permanente, visitaram as 4 Empresas Municipais.-----

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia, passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:-----

4- Período de Antes da Ordem do Dia;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que começou por falar do Programa Eleitoral do PS apresentado nas últimas eleições, cujo grande responsável terá sido o Senhor Presidente da Câmara, e enunciando algumas medidas prometidas nesse Programa, quis saber o seu ponto de situação, nomeadamente, a enorme necessidade de um novo Parque de Estacionamento em Quarteira, da necessidade de alargamento do Sistema de Transportes Públicos fora do circuito habitual e fora do horário normal, do Mercado de Quarteira, do Bairro Municipal junto ao Estádio Municipal de Loulé que se encontra degradado e de que necessita urgentemente de obras. Por fim, quis deixar uma nota, que apesar de ser um assunto que constasse no Programa Eleitoral do PS, é importante, a Frente Mar de Quarteira, e o que é que o Executivo Camarário pensa fazer, porque Quarteira é uma das atrações turísticas do nosso Município, mas que se neste momento não se sente dignificada, sobretudo, pela forma como os comerciantes daquela zona junto ao mar se sentem, porque neste momento aquela zona está com uma aparência vergonhosa, e também em importante olhar e tratar aquela zona com outros olhos, porque não importa só gastar dinheiro em festas e festarolas, em distribuir dinheiro por Associações, mas sim fazer realmente o que é o trabalho do Executivo Camarário, que é dignificar o Concelho, e que para isso este Executivo nada faz, e que o Senhor Presidente da Câmara está a parecer-se com o Senhor Primeiro-Ministro, António Costa, que prometeu o céu e têm-nos dado o inferno, e depois quando o PSD fala sobre assuntos sérios, a Bancada Municipal do PS e o Executivo, riem-se.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Márcio Fernandes (PS)**, que teceu alguns comentários sobre algumas questões positivas, a nível de investimento no Município, nomeadamente, na acessibilidade do interior, obras na rede viária com pavimentação da EM 510, que se traduziu num investimento de cerca de 1 milhão de euros.-----

De seguida pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que começou por dizer que, na Ata da Sessão de 28 de Setembro de 2018, que poderá ser aprovada nesta Sessão, tinha questionado o Senhor Presidente da Câmara sobre a obra da Circular de Loulé, e o Senhor Presidente respondeu que iria fazer um projeto novo, com outro traçado, porque o perímetro foi muito alargado, e será puxado para mais perto de Loulé, porque terá mais vantagens, e passados quase 6 meses, questionou o Senhor Presidente da Câmara, sobre o ponto de situação deste projeto e quando é que as obras arrancam, porque de facto esta obra é muito importante para a cidade de Loulé, é a obra mais prometida pelo Executivo, e continuamos sem saber nada sobre ela.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Referiu-se também à questão da habitação, que no seu entender é uma questão bastante preocupante, e que hoje em dia no Concelho de Loulé é quase impossível conseguir-se encontrar uma casa para arrendar a preços suportáveis de acordo com os rendimentos das famílias, e vieram para Loulé muitos investimentos, o que tornou o Concelho cativante, mas não foi planeado por este Executivo, em tempo certo, esta preocupação e esta necessidade, que hoje é demasiado evidente, e é um perfeito caos, e como se sabe, no Programa Eleitoral do PS, esta era uma das prioridades, e no verão de 2018, foi prometida a apresentação de um Plano Estratégico para a Habitação, esse Plano tem sido adiado, e adiado, depois passou para o final do ano de 2018, e agora já no final de Janeiro de 2019 ainda nada, como tal questionou o Executivo, para quando é que está prevista a sua apresentação, e deu o exemplo da Câmara Municipal de Lagos, em que viu que esta já tinha aprovado um Regulamento e já tinha uma política definida sobre este assunto, de quantas habitações vai fazer, de como as vai fazer, da forma que vai subsidiar as famílias, e de facto não se percebe porque é que o Concelho de Loulé continua a ficar para trás nesta matéria.-----

E ainda sobre Almancil, disse que não entende como é que ainda não há Ensino Secundário em Almancil, para além de não haver tantas coisas em Almancil, acabando por fazer um desafio ao Senhor Presidente da Câmara, para que no próximo ano letivo de 2019/2020, Almancil tenha direito ao Ensino Secundário.--

Usou também da palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, que começou a sua intervenção falando do Senhor Presidente da Câmara e do seu do apregoado vanguardismo, lembrando algumas matérias faladas no período da sua Campanha Eleitoral, e nesse âmbito questionou o que é que tem sido feito para promover o crescimento da população? E em relação à empregabilidade o que é que feito? Focou-se só na empregabilidade na Câmara, dos muitos empregos que tem vindo a oferecer? E em criar condições para a fixação de populações, que projetos apresentou para Creches Públicas ou Infantários, em Quarteira e Almancil? E Centros de Dia para estas cidades? Na saúde, que condições é que poderá garantir, de forma a que haja melhores condições de acompanhamento às famílias que precisam de médico de família e que precisam dos cuidados de saúde até às 24 horas, em toda a área do litoral? E em relação à questão do emprego, propôs-se fazer um Programa de Empregabilidade Jovem, com estímulo ao empreendedorismo, o que é que foi feito nesse âmbito? A nível da economia e da sua competitividade, que para a sustentabilidade do nosso Município é fundamental, nomeadamente no Mercado Municipal de Quarteira, ainda será possível executar essa obra neste mandato? Porque meses antes das últimas eleições, apresentou um projeto que já se encontrava em estado avançado, mas ao fim de tanto tempo, nunca mais se falou sobre o assunto, o que deixa à

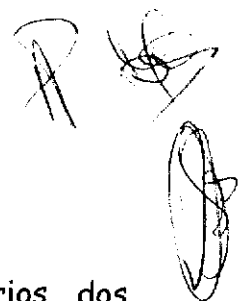


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

população de Quarteira uma preocupação, pois temem que tenha sido uma mera propaganda eleitoral. E em relação à economia circular, falou das sinergias entre circuitos curtos, ou seja, Pesca e Agricultura, do Produtor ao Consumidor, foi feita alguma coisa sobre este assunto? Sobre o Conselho Consultivo Estratégico Municipal, para ouvir mais os cidadãos e das carências sociais e empresariais, mas no fundo do que é que se tratava? E sobre outra matéria preocupante, o Passeio das Dunas, em Quarteira, o aspeto estético e reenquadramento daquela zona, está com um ar inóspito, e no geral, as pessoas dizem que está com um aspeto abandonado, mas possivelmente não era essa a intenção do Executivo, ou seria? Manter aquele local com um ar natural, mas abandonado? E realmente aos cidadãos aquele local parece abandonado. Terminando a sua intervenção, disse que efetivamente desta vez a Bancada Municipal do PSD, encurtou a sua lista de questões ao Executivo, porque efetivamente o Executivo também nunca responde a nada, e porque efetivamente se vê tão pouco trabalho feito, faz com que o PSD pergunte cada vez menos coisas ao Executivo, mas quanto a estas questões colocadas, gostaria que houvesse resposta.-----

Seguidamente usou da palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, dizendo que na última Sessão falou-se na Quinta do Vale do Freixo, e gostava de voltar a este assunto, dizendo que o Promotor não cumpriu o Estudo de Impacto Ambiental, e a euforia com que a Senhora Vereadora Heloísa Madeira disse, *"eles agora queriam, mas agora é tarde"*, tendo ficado esclarecido de que o Executivo não quer aquele projeto. No organograma da Câmara Municipal, disse que o Senhor Vereador Abílio Sousa, tem lá no seu Pelouro "Desenvolvimento do Interior", curiosamente, não disse nada sobre o assunto, e era importante que tivesse dito qual era a sua opinião, e se estava ou não de acordo com os seus colegas de Vereação, se subscreve tudo o que eles dizem, ou não, e para o interior nada, é só para se viver sossegadinhos, e nada de levar para lá gente, e sobre este Pelouro, questionou ainda o Senhor Vereador Abílio Sousa, sobre qual era a estrutura que tinha nesse Pelouro, fez alguma coisa, ou é só uma questão curricular? "Desenvolvimento do Interior", isto tem alguma consistência? O que é que se vai fazer? O que é que já se fez? Porque hoje ninguém falou sobre este assunto.-----

Seguidamente usou da palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que gostaria de deixar uma nota sobre a intervenção política da oposição, que a meio do 2º mandato, do Executivo Socialista na Câmara Municipal estão a pressionar e a exigir a execução do programa eleitoral proposto para 4 anos. Sobre o projeto ECOLAB para Quarteira, a ciclovia é uma das obras previstas, que carecendo de correções, após execução da 1ª fase, visa modernizar aquela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

cidade. Referiu também que relativamente à questão dos horários dos transportes urbanos, em época alta (meses de Junho a Setembro) entre Quarteira e Vilamoura e vice-versa, já existem desde 2016, as Linhas Branca e Verde em período noturno (até às 00.30 horas), para utilização, nomeadamente pelos trabalhadores da hotelaria e restauração, ou outros utentes.-----

Foi também concedida a palavra ao Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que começou por dizer que era um espetáculo triste e lastimável, ver o papel da Oposição, e que este mandato é de 4 anos e ainda não estamos a meio do mesmo, e deveriam estar nesta Assembleia de uma forma construtiva, que não estão, e no final deste mandato, nas urnas, vai ver-se o resultado desta governação. De seguida questionou o Executivo Municipal, se haveria a possibilidade de alargar o horário da Biblioteca Municipal, e também a possibilidade de haver um horário noturno, porque existe muitos jovens e muitos trabalhadores estudantes, que precisam de locais para estudar, e esta poderia ser uma grande ajuda e uma solução para estes.-----

Foi novamente concedida a palavra ao Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, que sobre a intervenção do Senhor Deputado Carlos Costa, disse que sobre os horários noturnos dos transportes públicos, deveria falar menos, porque ainda existem muitos trabalhadores, em certos locais e a certas horas, ainda têm que se deslocar a pé para o trabalho, dando o exemplo do LIDL. Sobre a questão do atual mandato, disse que não gostava de voltar a ver novamente a teoria do Dr. Vitor Aleixo, de que os 2 primeiros anos são sempre para arrumar a casa, porque na verdade, já estamos a caminho do 6.º ano de mandato PS. Referindo-se à intervenção do Senhor Deputado Abel Matinhos (PS), questionou-o se estaria ou não, incluído na Oposição, pedindo que o mesmo o esclarecesse sobre este assunto.-----

Usou novamente da palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que sobre a questão da apresentação da Moção de Censura ao Executivo Municipal pela Bancada do PSD, dizendo que a mesma foi apresentada porque este Executivo assim o determinou, porque não cumpre os mais elementares deveres que tem com este órgão, e foi por essa razão que o PSD fez o seu trabalho, pois no 1.º dia de mandato o PSD disse que iria cumprir com o seu dever de *Oposição*, ou seja, tomar medidas, fiscalizar as ações deste Executivo, de forma a construir um Município melhor para todos, e nesse sentido, sempre que o PSD vê que algo não corre bem, e que há algo que não é cumprido, obviamente que o PSD se põe de pé e diz *basta, não pode ser*, e foi o que fizeram na altura da apresentação da Moção da Censura, que certamente não será a primeira, e voltarão a fazê-lo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

sempre que for necessário.-----

Deixando também uma nota ao Senhor Deputado Carlos Costa, sobre a questão dos Transportes Públicos, referiu que a Linha Vermelha, tem um serviço máximo de 2.ª a 6.ª feira, até às 19h40 e aos sábados até às 14h10, e os munícipes que saem dos seus empregos às 2h00 e 3h00 da manhã, 23 horas da noite, vão a pé para casa? Não merecem a mesma atenção e a mesma frequência de transportes públicos que os outros munícipes do resto do Concelho? De facto, é necessário alargar o serviço dos Transportes Públicos, para servir todos os munícipes do Concelho, e Vilamoura, Quarteira e outras zonas limítrofes da cidade de Loulé, têm necessidade de Transportes Públicos mais alargados, com horários mais flexíveis.-----

Também foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Carlos Martins (BE), que começou a sua intervenção sobre a questão das ciclovias, dizendo que este assunto tem sido uma das bandeiras grandes do Bloco de Esquerda, e que todos os anos quando há os orçamentos municipais, o Bloco de Esquerda tem proposto sempre, até no tempo do mandato do PSD, de que é necessário haver ciclovias, seguras, onde os ciclistas também tenham a oportunidade de circular nas estradas, e estas serviriam de ligação entre as Freguesias do Concelho, e em Quarteira que tem uma frente Mar maravilhosa, era ideal para ter uma ciclovia, e esta ciclovia que está a ser feita, não parece ser uma boa solução na forma como está desenhada, porque Quarteira não tem estacionamento e esta ciclovia vai ocupar lugares de estacionamento, está a ser feita na Avenida principal de Quarteira, e vai criar constrangimentos, particularmente no período entre Maio e Setembro.-----

Sobre os problemas do Mercado de Quarteira, da Circular Norte de Loulé, da falta de Habitação, da Saúde, etc., disse que são assuntos que já vêm do 1.º mandato e já são falados desde aí pelo BE, e como tal, tem que haver respeito pela Oposição, porque o facto de alguns Deputados falarem de pé, não lhes confere mais respeito, que aos outros que falam sentados, isso até dá para rir um bocado, porque a Oposição merece respeito, e a Oposição está cá para expor os problemas sérios do Município de Loulé, não é para ser enxovalhada, da forma como o Senhor Deputado Abel Matinhos (PS) costuma falar da Oposição, porque só falta ele mandar a Oposição para casa, e dizer que a Oposição não vale a pena vir à Assembleia, porque não têm fato e gravata, reforçando que o Partido Socialista tem que ter mais respeito pela Oposição, e por todos os membros desta casa, porque todos os que aqui estão, mais ou menos, foram eleitos pela população.-----



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

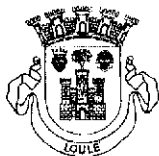
Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia**, dizendo que todos os Senhores Deputados desta Assembleia, e os membros do Executivo Municipal, têm que ser tratados com o respeito que merecem, tal como todos os cidadãos devem ser, e tem que haver tolerância, porque já há crispação e agressividade demais, pelo que se deve baixar esse nível, porque ganhamos todos com isso, e que pela sua parte terá responsabilidade nisso, e fará o possível para dar o seu contributo para essa melhoria.-----

De seguida foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que fala de pé por respeito, e que não aceitam do lado do PS, lições de carater, porque pode-se estar de fato e gravata, ou pode estar-se como se estiver, e que de linhas de transporte público, o Senhor Deputado não percebe nada, e que irá dar o recado à Loulé Concelho Global, sobre os assuntos levantados pelos Senhores Deputados, porque são preocupações legítimas, e explicou que a Linha Vermelha, é uma ligação entre Quarteira e a Ferrovia e de Loulé à Ferrovia, tendo como objetivo servir o Alfa Pendular da CP.-----

També usou da palavra a Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, referindo que a sua intervenção vai ao encontro do que foi dito pelo Senhor Deputado Abel Matinhos (PS), sobre a abertura da Biblioteca Municipal num horário noturno, dizendo que faria sentido o alargamento durante a semana do horário da Biblioteca, sobretudo para os jovens, e na época de exames, e ao sábado talvez das 9h30 às 17h30, e que este assunto deveria ser abordado junto dos jovens para perceber de facto as suas carências, porque lançar só uma ideia de alargamento do horário sem ter dados concretos, não é muito correto.-----

Pedi novamente a palavra o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que começou por se dirigir ao Senhor Deputado Independente, Fernando Santos, dizendo que deve saber onde se posiciona, não será o PS.-----

Disse também que a Oposição embirrou consigo, por dizer a verdade, aconselhando a Oposição a estudar o que é a Ética Republicana e Democrática, aliás, deviam perceber o que é que são as boas regras democráticas, e que deviam ter respeito pelas pessoas que estão sentadas e que foram eleitos pela maioria dos eleitores, e que foram eleitas para governar, e que estão ali sentadas, todos os dias, às vezes com prejuízo próprio às suas vidas particulares, e que estão ali todos os dias a governar e a pensar em todos os habitantes do nosso Concelho, e se fosse Oposição, não vinha para esta Assembleia, fazer este espetáculo lamentável, um espetáculo de atacar, sendo uma Oposição sem qualquer tipo de valor, e princípios, contudo, cabe à Oposição saber qual é que é o papel que querem ter nesta Assembleia Municipal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Referiu também, que não cabe à Bancada do PS, governar pelo Executivo, cabe sim à Bancada do PS, propor a proposta do alargamento do horário da Biblioteca Municipal e de um possível horário noturno, mas não lhe cabe, ver quais são os melhores horários, mas sim ao Executivo, que verá qual a melhor forma e que se adequem melhor, com as condições que a Câmara Municipal tem, para poder fazer algo deste género.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, evocando a defesa de honra, e dirigindo-se ao Senhor Deputado Abel Matinhos (PS), disse que o seu Professor, nesta Assembleia, de Ética e Honra, chama-se Dr. Hugo Nunes, porque quando isto era difícil, ouviu-o muitas vezes dizer, o Deputado Fernando Santos foi eleito pelos mesmos cidadãos como foram os outros de outra Bancada, como tal, devia aprender com os seus, e não mande bocas aos outros.-----

Também voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, em defesa da honra da sua Bancada, felicitando o Senhor Deputado Abel Matinhos (PS), pela sua brilhante intervenção, mas foi pena não ter olhado para o lado para os seus congéneres, pois ficaria estupefacto com a cara de riso dos mesmos, porque de facto a sua performance não foi tão boa como desejava.-----

Também sobre a intervenção do Senhor Deputado Carlos Costa (PS), disse que de facto não percebe muito de Linhas de Transportes, mas apesar do documento que tem não estar a cores, consegue ler, e o que consegue ler, é que claramente existem várias Linhas, uma Amarela, uma Azul, uma Vermelha e todas elas têm um horário, e foi a esse horário que se referiu e que nesse horário não consta mais nada para além das 19h40, e é isso contesta, que a partir dessa hora, não existem horários, e todas as outras Linhas, não excedem as 19horas, como tal, o Senhor Deputado não pode referir que existem outros horários, a não ser que tenha em sua posse um documento alterado, como tal, não pode vir para esta Assembleia dizer que existem Transportes Públicos, depois das 19h40, quando nada consta numa brochura feita pela Loulé Concelho Global.-----

Terminadas todas as intervenções por parte dos Senhores Deputados sobre este Ponto da Ordem de Trabalhos e antes de dar a palavra ao Executivo Municipal, para responder às questões levantadas, o Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que como houve várias intervenções sobre o tema dos Transportes Públicos, talvez se justificasse, e será um assunto a discutir na próxima Reunião da Comissão Permanente, a possibilidade de um haver um Debate Temático sobre a Mobilidade e os Transportes Públicos no Município de Loulé. Informou ainda que, a Comissão Especializada de Ordenamento de Território, entrou em funções, e já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

teve Reuniões, na primeira, foi eleito Presidente dessa Comissão, o Senhor Deputado Hugo Nunes, e esta Comissão constituída por 8 Deputados da nossa Assembleia, terá nos próximos tempos, um trabalho árduo pela frente, nomeadamente sobre a Revisão do PDM, desejando a esta Comissão um bom trabalho e que da parte da Mesa da Assembleia haverá toda a colaboração.-----

De seguida para esclarecer algumas questões colocadas pelos Senhores Deputados sobre o assunto dos Transportes, foi concedida a palavra ao Senhor Vereador Carlos Carmo, que começou por dizer que estes 2 últimos Executivos PS, liderados pelo Presidente Vitor Aleixo, sempre estiveram preocupados com os transportes urbanos, e recordou que em 2016, a CML renovou a frota automóvel, criou Linhas de Transportes, incluindo a falada Linha Vermelha, que não existia, pelo que, é visível que este Executivo se preocupa com os Transportes e com a Mobilidade, e anunciou que muito em breve Almancil irá ter Transportes Urbanos.-----

Usou de seguida a palavra o Senhor Presidente da Câmara, dizendo que o primeiro mandato PS, foi um mandato muito especial, porque o País apanhou uma crise financeira, e quando este Executivo tomou posse, apanhou uma enormíssima dívida, que para lhe fazer face teve que se contrair o PAEL, havia Escolas com falta de funcionários, assim como as Piscinas que até chegaram a estar fechadas por falta de funcionários, tínhamos estradas mal cuidadas, IPS'S deste Concelho em rutura, famílias em condições muito difíceis, e nessa altura não era possível fazer muito, mas após 2 anos do Executivo ter tomado posse, começaram a haver receitas e felizmente começou-se uma recuperação e a fazer projetos, e a Oposição tem que aceitar que o 1.º mandato deste Executivo foi um mandato com condições muito especiais, com problemas muito sérios, e com um défice de funcionários públicos, e só de há 2 anos para cá é que se voltou a poder contratar pessoal para a Câmara, porque o País recuperou, e a CML arrecadou boas receitas, e como tal, havia dinheiro, mas não havia projetos, e agora começaram a haver projetos e mais pessoal, começando agora a haver condições para se fazer mais.-----

Sobre a questão de falta de estacionamento, disse que desde o ano de 2013, este Executivo já criou cerca de 310 lugares de estacionamento, em Vilamoura (cerca de 150 lugares) , em Loulé (Rua da Nossa Sra. da Piedade, cerca de 70 lugares), em Quarteira (Forte Novo, cerca de 90 lugares) e muito em breve em Quarteira, atrás do Centro Autárquico, vai ser criada ali uma bolsa de estacionamento, para complementar as necessidades daquela área da cidade.-----

Sobre a questão da habitação, disse que prometeu apresentar uma Estratégia Local para a Habitação, até ao final de dezembro de 2018, de facto o Executivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

está em falha neste momento, mas em breve será apresentado, contudo, já foram adquiridos 8 lotes de terreno em Loulé, para construir habitação, em regime de renda acessível, e de renda apoiada, e que também para o Bairro Operário, a Câmara tem um projeto concluído, e todas as 42 moradias, vão ser todas renovadas.-----

Quanto ao Mercado Municipal de Quarteira, disse que a Câmara iria receber em março de 2019, o projeto acabado, e que depois o assunto seria discutido.-----

Em relação à questão levantada pelo Senhor Deputado Carlos Martins, sobre a Circular Norte de Loulé, disse que o projeto não foi abandonado, o projeto está feito, e irá muito em breve a Reunião de Câmara, para ser aprovado, e assiste o direito à Câmara, de tentar encontrar um traçado novo que traga movimento mais para dentro da cidade, que seja bastante mais económico ao erário público municipal, e que pode muito bem servir a Câmara Municipal de Loulé, e por isso, está-se a trabalhar num outro projeto, como tal, existe um projeto concluído e outro a ser elaborado, nada foi abandonado, e a CML avançará com aquele que na altura for considerado que está em melhores condições para avançar, mas a grande prioridade será para o troço da Circular que estiver mais chegado à cidade de Loulé.-----

Dirigindo-se ao Senhor Deputado Fernando Santos (Independente), disse que o Executivo tem políticas estratégicas para o interior, como o projeto GEOPARQUE, que é um projeto com um potencial de desenvolvimento para o interior, extraordinariamente importante, que irá potenciar atividade económica no interior do Concelho, e este será o maior desafio, para além das habitações que vão ser construídas em 21 lotes, da Vila de Salir, como se procuram igualmente lotes em Alte e no Ameixial, e este será um projeto muito ambicioso, de médio e longo prazo.-----

Referiu também que o Executivo, em Almancil, está a apoiar a Paróquia que está a construir um Infantário para 100 crianças, e Berçário para 10 bebés e uma Creche com 28+36 meninos, de acordo com o escalão etário, e que estas são algumas respostas, não as suficientes, mas as possíveis, porque de facto precisamos de mais Escolas, de mais Infantários, porque há 3 anos não havia esta perceção, e quanto aos Lares para Idosos, assumiu que errou, que de facto aí este Executivo já podia ter feito algo, mas que agora se encontra focado para tentar resolver esse problema.-----

A pedido do Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), foi-lhe novamente concedida a palavra, que questionou novamente o Executivo sobre qual era a sua posição relativamente à questão da Frente Mar de Quarteira.-----



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Também voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que sobre a questão do apoio da CML à Paróquia de Almancil, questionou o Executivo sobre o ponto de situação do projeto da ASCA.-----

Para responder às questões colocadas, foi novamente dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que respondendo ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que a Câmara teve que reverter o projeto da ASCA, porque formalmente não oferecia segurança, a ambas as partes, pelo que, vai ser seguido outro caminho, mas continua o mesmo propósito, de concretizar aquele equipamento, será a CML que o vai assumir, tendo havido naturalmente um adiamento dos prazos.-----

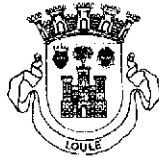
Terminadas todas as intervenções sobre este ponto, e dando continuidade aos trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de imediato ao ponto seguinte:-----

5- Moções:-----

Foi dada a palavra à Senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, que sobre o "Voto de Pesar pelo falecimento do Professor João Santos", apresentado pelo **Grupo Municipal do PS**, começou por dizer que foi seu colega, e que é uma pessoa por quem tem muito respeito, e que em 1975 quando ele chegou a Loulé, era Professora na Escola Secundária de Loulé, da mesma disciplina, e recebeu aquele jovem muito tímido, e com ele fez um trabalho excelente, e após esta nota passou de seguida à leitura do Voto de Pesar, que se anexa a esta Ata e que faz parte integrante da mesma.-----

Pedi de seguida a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que o Bloco de Esquerda está solidário com este "Voto de Pesar pelo falecimento do Professor João Santos", um homem de causas, que lutou contra interesses e problemas que ameaçavam o ambiente. Disse que conviveu com ele, em diversas dessas lutas, através da Associação Almargem, e que o seu falecimento era uma perda enorme para esta Associação a quem dedicou grande parte da sua vida, assim como ao Município de Loulé e ao Algarve.-----

Usou também da palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que a Bancada Municipal do PSD também estava solidária com o "Voto de Pesar pelo falecimento do Professor João Santos".-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Terminadas as intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia**, considerou que este Voto de Pesar, era manifestado por todos os Senhores Deputados Municipais, e disse que havendo um consenso geral, pediu a todos que aguardassem 1 minuto de silêncio em memória deste nosso concidadão.-----

Foi feito 1 minutos de silêncio, tendo-se apenas ausentado da sala, evocando motivos pessoais, o Senhor Deputado Fernando Santos (Independente).-----

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou ao ponto seguinte:-----

6- Período da Ordem do Dia:-----

a)- Proposta 01/2019- Deliberação relativa à Proposta de Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 101/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e das Entidades Intermunicipais no Domínio da Justiça, ao abrigo do Artigo 35.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 101/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 73-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

b)- Proposta 02/2019- Deliberação relativa à Proposta de Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 102/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais no Domínio dos Projetos Financiados por Fundos Europeus e Programas de Captação de Investimento, ao abrigo das alíneas c) e d) do Artigo 37.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 102/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 74-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

c)- Proposta 03/2019- Deliberação relativa à Proposta de Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 103/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e das Entidades Intermunicipais no Domínio do Apoio às Equipas de Intervenção Permanente das Associações de Bombeiros Voluntários e para os Órgãos das Entidades Intermunicipais no Domínio da Rede dos Quartéis de Bombeiros Voluntários e dos Programas de Apoio às Corporações de Bombeiros Voluntários, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14.º e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

do Artigo 34.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 103/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 75-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

d)- Proposta 04/2019- Deliberação relativa à Proposta de Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 99/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais no Domínio da Promoção Turística Interna Sub-regional, em articulação com as Entidades Regionais de Turismo, ao abrigo do Artigo 36.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 99/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 72-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- Proposta 05/2019- Deliberação relativa à Proposta de Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 97/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais no Domínio da Gestão das Praias Marítimas, Fluviais e Lacustres integradas no Domínio Público Hídrico do Estado, ao abrigo do Artigo 19.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 97/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 76-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

f)- Proposta 06/2019- Deliberação relativa à Proposta de Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 105/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais no Domínio da Habitação, ao abrigo do Artigo 17.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 105/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 77-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

g)- Proposta 07/2019- Deliberação relativa à Proposta de Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 107/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais no Domínio do Estacionamento Público, ao abrigo do Artigo 27.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 107/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 78-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Sobre este ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que o mesmo era totalmente preenchido com Propostas do Executivo, para deliberação desta Assembleia, sobre a Aceitação, ou Não, das Transferências de Competências, da Administração Central, seja para o Município de Loulé, seja para a Entidade Intermunicipal em que o Município de Loulé se insere, e que sobre esta matéria, os Senhores Deputados tinham a legislação que suportam as 7 Propostas. Resumindo disse que, temos uma Lei-Quadro da Transferência de Competências da Administração Central para as Entidades Intermunicipais, para os Municípios e para as Freguesias, que é a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e no nosso caso, vamos tratar apenas da Transferência de Competências, para o Município e para a Entidade Intermunicipal. Quanto à Transferência de Competências para o Município, o assunto é mais entendível, diz que, há um conjunto de Transferência de Competências que são universais, é igual para todos os Municípios, mas admite o gradualismo, ou seja, estes evocando as razões que entenderem, nomeadamente de capacitação, poderão não aceitar estas Competências em 2019, poderão também não as aceitar em 2020, mas em 2021 a Transferência de Competências efetua-se, e que a Lei diz também, que no caso de Não-Aceitação de algumas das Competências, terá que haver uma deliberação favorável, consonante com a proposta do Executivo, e comunicada até uma determinada data, ao Ministério da Administração Interna, e tendo sido publicados os Diplomas Setoriais em Novembro de 2018, com um prazo de 60 dias, prazo esse que termina entre o fim de Janeiro e início de Fevereiro. Nesse sentido, temos nesta Sessão um conjunto de Propostas de Não-Aceitação por parte do Município para o ano de 2019, que são as alíneas e), f) e g), e existem outras com um procedimento um pouco mais complexas, que são as Transferências de Competências da Administração Central para as Entidades Intermunicipais, no caso do Algarve é a AMAL, e aqui essas Transferências para a AMAL, obrigam a que tanto o Município como a Assembleia aceitem, tem que haver unanimidade, e todos os Municípios que integram a AMAL, estarem todos de acordo, por unanimidade, que são as alíneas a), b), c) e d). Desta forma, propôs se apreciasse e votasse primeiro, das Transferências de Competências para as Entidades Intermunicipais, Aceitação ou Não-Aceitação, e de seguida a restantes que são as Transferências de Competências transferidas para o Município.-----

Para falar também sobre estas propostas, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que referiu tratarem-se de 2 classes de propostas, as primeiras 4 propostas, referem-se a competências da Administração Central que vão ser recebidas pelos órgãos intermunicipais, e as outras 3 propostas, são as que a Câmara Municipal não vai aceitar, e que faz mais sentido falar-se destas últimas, nomeadamente sobre a proposta de Não-Aceitação da Transferência de



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Competências na área do Turismo, porque existe uma clara duplicação de funções, ou seja, há um órgão a mais que aparece em cena, que é o Conselho Intermunicipal, a AMAL, a assumir funções que a RTA (Região de Turismo do Algarve) hoje já cumpre, que é elaborar o programa de promoção externa do turismo, a RTA faz isso, concorrer a linhas de financiamento comunitário para promoção turística, a RTA faz isso, e mais duas ou três funções que a RTA já executa, pelo que, a CML entendeu ser descabido vir agora outro ator, executar as mesmas competências.-----

Seguidamente pediu a palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que desde o aparecimento da Lei-Quadro 50/2018, que tem tido fortes dúvidas relativamente a esta matéria da descentralização de competências, porque entende que isto é dar um golpe fatal, em termos de anseio de regionalização, porque com isto acaba a regionalização, e caminharemos para a municipalização, daí as suas grandes reservas pessoais relativamente a este caminho, e mesmo com os Decretos Setoriais, o problema da descentralidade financeira dos municípios, fica muito em dúvida, nunca se saberá bem se o pacote financeiro para cada uma destas transferências de competências corresponde efetivamente bem de forma capaz, e que será sempre um pouco minguado, e poderá também agravar alguma desigualdade entre municípios, porque a condição de cada município, e referindo-se também ao problema da transferência das competências turísticas, não se justifica na nossa região, existirem duas entidades a tratar do mesmo, a RTA, que coordena, supervisiona e define toda a política de turismo da região, e depois temos uma Associação da qual os municípios fazem parte, que é uma Associação de parceria entre Privados e Públicos, e esta experiência e parceria, tem sido ao longo dos anos um sucesso, e por outro lado, o nosso município, também assumiu há 1 ano, a criação de uma Agência de Promoção Local, no nosso Concelho, que se vai articular com a ATA (Associação de Turismo do Algarve). Referiu ainda, que da leitura que faz, existe um prazo para os municípios, que vai ser de degrau até 2021, mas em 2021, em principio há a imposição da assunção das transferências de competências, e da análise que fez, na nossa região as posições são muito diferentes entre os 16 municípios, não há unanimidade na Aceitação, ou na Não-Aceitação, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia, questionou se chegarmos a 2021 e não houver unanimidade, qual será a posição?-----

Respondendo a esta questão, o Senhor **Presidente da Assembleia** disse que a Não-Aceitação só é válida para o gradualismo, ou seja, para os anos de 2019 e 2020, e em 2021, aplica-se a Lei da Assembleia da República, e o principio da Universalidade em Pleno, ou seja, todos os Municípios e todas as Entidades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Intermunicipais e todas as Freguesias, terão que assumir.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que começou a sua intervenção não pela discussão destas propostas, mas sim pelo assunto das descentralização e organização do território, dizendo que a última reestruturação e organização do território, apanhada por surpresa, também de forma ditatorial, em que o PSD apoiado pelo CDS, decretaram o fim de uma série de Freguesias, tendo em vista a poupança de recursos e melhoramento de serviços, em que nada foi alcançado, existindo apenas um afastamento maior entre o eleito e o poder local, e no Concelho de Loulé extinguiram-se 3 Freguesias, Tôr, Benafim e Querença, substituídas por uma União de Freguesias, os Municípios não foram afetados, mas as Associações Intermunicipais, foram dotadas de competências que revelaram ao longo dos anos, não terem capacidades, nem meios para cumprir com as suas obrigações e hoje quem manda é um órgão do Estado, não eleito, a CCDR. A Assembleia Intermunicipal não funciona, não tem poderes nem capacidades, e não acrescenta nada ao poder local. Mudou o Governo, e o PS prometeu uma nova reorganização do território, reabrir o processo das Freguesias, com vista à sua reposição inicial, caso fosse esse o desejo das populações, discutir a regionalização, mas tudo acabou com esta Lei-Quadro 50/2018, combinada com o PSD, a geringonça funcionou aqui para o outro lado, apostando na municipalização, onde o Estado se livra de muitos encargos e transfere para os Municípios o ónus da questão, transferindo competências sem que estejam definidas as compensações devidas, para a garantia de um bom funcionamento dos serviços, nem tendo em conta a especificidade de cada Município, meios técnicos, instalações e condições financeiras, e por outro lado, põe em causa princípios constitucionais, no domínio da educação, saúde e cultura, que brevemente também virão a esta Assembleia, e num pacote de 22 Diplomas Setoriais, a Câmara deliberou sobre 7, cujo prazo de decisão e comunicação à DGAL estão no seu termo, os Municípios podem e deviam rejeitar esta imposição, de forma a que este ano deliberassem pela Não-Aceitação das transferências e muitos dos Municípios de Portugal, assim optaram, mas o Executivo Municipal, optou por aceitar 3 e rejeitar 4, e sendo o Bloco de Esquerda a favor do princípio da descentralização, porque sabendo que o poder exercido mais próximo dos cidadãos desempenha muito melhor e mais rápido, as suas funções, na área da saúde, educação e cultura, tem muitas reservas, que a municipalização destes serviços públicos ponham em causa, a coesão territorial e ponham em causa os direitos universais de todos os cidadãos ao acesso a estes serviços, e o Município de Loulé, onde abundam receitas, menos dificuldades, em garantir estas novas competências, que não o será para a maioria dos Municípios com menor dimensão, e em piores condições financeiras, desta forma, o Bloco de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Esquerda, defende a transferência de competências para as Autarquias Locais, não podem agravar as desigualdades territoriais e que deve ocorrer apenas nas áreas em que os Municípios estejam em melhores condições de assegurar o respetivo exercício, e nunca será admissível, qualquer desresponsabilização do Estado Central nas funções sociais de âmbito universal, educação e saúde, e neste aspeto, em relação às 3 propostas de Aceitação da Câmara, consideradas nas alíneas a), b) e c), no domínio da Justiça, Bombeiros Voluntários e dos Fundos Europeus e Investimentos, no entanto esta aprovação, implica que todos os Municípios aceitem estas transferências para a Entidade Intermunicipal, e o que se sabe é que Lagoa e Silves, deliberaram pela Não-Aceitação, para este ano de 2019, e como medida cautelar, Loulé também deveria ter ido pelo mesmo critério, dar mais tempo para se pensar, repensar, mais tempo para que as verbas sejam definidas sobre o que é que vai para a Entidade Intermunicipal, e o que é que vem para o Município, e depois disso, sim deliberávamos, deveria haver de facto mais tempo para repensar e decidir com mais calma até 2020.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, dizendo que não acredita que o Governo Socialista no Poder, vá impor em 2020 o prazo terminal. Referiu que estava de acordo com as 4 primeiras alíneas a), b), c) e d), e não concorda com a justificação dada para as últimas 3 alíneas e), f) e g). Referiu ainda, que este Concelho só tem dinheiro, não tem mais nada.-----

Pediu de seguida a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que se tivemos uma reorganização da estrutura da administração local, deveu-se à Lei Sócrates, porque ele é que levou o País àquele Memorando de Entendimento", citando "*...no seu ponto 3.44 - Reorganizar a estrutura da administração local, existem atualmente 308 Municípios, 4.259 Freguesias, até Julho de 2012, o Governo desenvolverá um Plano de Consolidação para reorganizar e reduzir significativamente o número das Entidades. O Governo implementará estes planos, baseado num acordo com a Comunidade Europeia e o FMI*", e dizendo que de facto esta é a verdade nua e crua, mas o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, porque lhes é conveniente, insistem em dizer uma mentira tantas vezes, de que o PSD é responsável por tudo, mas isso nunca será verdade, nem que discurssem de pé, porque este Memorando de Entendimento vai estar presente na Bancada do PSD durante este mandato, para demonstrar que o que o Partido Socialista fez durante o mandato do Eng.º José Sócrates, é inegável, dizimaram a economia, dizimaram as empresas, dizimaram a sociedade civil, cujo salvador foi o Partido Social Democrata, através das medidas de austeridade implementadas pelo Memorando da TROIKA.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pediu novamente a palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que a proposta da alínea b)- 02/2019 sobre o domínio dos Projetos Financiados por Fundos Europeus e Programas de Captação de Investimento, não altera substancialmente o que já existe, porque nos últimos anos a AMAL tem assegurado, a gestão do pacote financeiro, e as transferências de competências vão continuar para a AMAL e a AMAL vai continuar a fazer o que seu trabalho, mas de uma forma mais regulamentar, mas não haverá grande alteração.-----

Também voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que a justificação que a Câmara dá para a Não-Aceitação e Aceitação, no seu entender é ligeira, porque as que não aceita, diz que o quadro orgânico não está dotado com condições, e as de aceitação, diz que para essas já tem condições para aceitar. Seguindo o principio básico de que não existem condições para os Municípios receberem este ano novas competências, porque a parte da contrapartida financeira, não estará disponibilizada durante este ano, e o ano já arrancou e não haver destas competências entrarem em vigor este ano, o Bloco de Esquerda não tem nenhuma dúvida em votar a favor nas 4 alíneas de Não-Aceitação.-----

Terminadas todas as intervenções sobre estas 7 alíneas da Ordem de Trabalhos, referentes à transferência de Competências, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de seguida à votação das alíneas a), b), c) e d), separadamente:-----

a)- Proposta 01/2019- Deliberação relativa à Proposta de Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 101/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e das Entidades Intermunicipais no Domínio da Justiça, ao abrigo do Artigo 35.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 101/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 73-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 1 voto contra do Senhor Deputado Carlos Martins (BE).-----

b)- Proposta 02/2019- Deliberação relativa à Proposta de Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 102/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais no Domínio dos Projetos Financiados por Fundos Europeus e Programas de Captação de Investimento, ao abrigo das alíneas c) e d) do Artigo 37.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

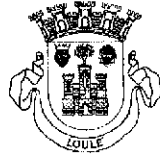
do previsto no n.º 2 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 102/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 74-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 1 voto contra do Senhor Deputado Carlos Martins (BE).-----

c)- Proposta 03/2019- Deliberação relativa à Proposta de Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 103/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e das Entidades Intermunicipais no Domínio do Apoio às Equipas de Intervenção Permanente das Associações de Bombeiros Voluntários e para os Órgãos das Entidades Intermunicipais no Domínio da Rede dos Quartéis de Bombeiros Voluntários e dos Programas de Apoio às Corporações de Bombeiros Voluntários, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14.º e do Artigo 34.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 103/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 75-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 1 voto contra do Senhor Deputado Carlos Martins (BE).-----

Após estas votações, pediu a palavra o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), informando que iria apresentar uma Declaração de Voto referente a estas 3 primeiras alíneas.-----

d)- Proposta 04/2019- Deliberação relativa à Proposta de Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 99/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais no Domínio da Promoção Turística Interna Sub-regional, em articulação com as Entidades Regionais de Turismo, ao abrigo do Artigo 36.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 99/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 72-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por unanimidade.-----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia, passou à discussão e votação das últimas 3 alíneas e), f) e g), referentes à Não-Aceitação da Transferência de Competências para os órgãos municipais para o ano de 2019, da parte de Diplomas que foram publicados em Decretos-Lei, não na sua totalidade, pois ainda faltam alguns, que virão posteriormente, dando o exemplo de alguns desses que faltam, como o da Educação, e o da Saúde, e todos os outros que já foram publicados,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

mas que não estão aqui em discussão, pressupõe-se a sua Aceitação.-----

Pedi a palavra a Senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, dizendo tudo tem que ser bem clarificado, porque em relação ao Diploma sobre a Educação, não há ainda Decreto-Lei publicado, mas há na Lei n.º 50/2018, referências sobre as competências, o que significará que iremos tacitamente aceitar o que ali está?---

O Senhor **Presidente da Assembleia**, esclareceu que só iremos aceitar as competências, cujos Diplomas Setoriais já foram publicados.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que em relação à Transferência de Competências na questão do Domínio do Estacionamento Público, alínea g), disse que analisando o artigo n.º 2 do Decreto Setorial, de quais são as transferências de competências que é da competência dos órgãos municipais, fica com a sensação de que estas competências já estão na Loulé Concelho Global, das áreas que já estão concessionadas, porque no fundo é a regulação e fiscalização do estacionamento e outras, enfim, o que não acresce muito, sendo apenas a única questão, em termos de território.-----

Não havendo mais intervenções da parte dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu início à votação das últimas 3 alíneas, separadamente:-----

e)- **Proposta 05/2019- Deliberação relativa à Proposta de Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 97/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais no Domínio da Gestão das Praias Marítimas, Fluviais e Lacustres integradas no Domínio Público Hídrico do Estado, ao abrigo do Artigo 19.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 97/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 76-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 1 voto contra do Senhor Deputado Fernando Santos (Independente).**-----

f)- **Proposta 06/2019- Deliberação relativa à Proposta de Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 105/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais no Domínio da Habitação, ao abrigo do Artigo 17.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 105/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal**



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

n.º 77-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 1 voto contra do Senhor Deputado Fernando Santos (Independente).-----

g)- Proposta 07/2019- Deliberação relativa à Proposta de Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 107/2018 de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais no Domínio do Estacionamento Público, ao abrigo do Artigo 27.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 107/2018 de 28 de Novembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 78-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 1 voto contra do Senhor Deputado Fernando Santos (Independente).-----

Terminadas as votações, o Senhor Presidente da Assembleia propôs que estas deliberações fossem aprovadas pelos Senhores Deputados, em minuta, porque vão ter que ser emitidas Certidões pela Assembleia Municipal, e assinadas hoje no final da Sessão, solicitando formalmente a aprovação das deliberações por parte de todos os Senhores Deputados, e como não houve nenhuma objeção, assim foi feito. Referiu ainda, que este assunto irá voltar à Assembleia Municipal, porque há outras competências, cujos diplomas estão a ser promulgadas pelo Senhor Presidente da República, dando como exemplo o da Educação, e possivelmente mais, o que depois da sua publicação, teremos 60 dias para nos pronunciarmos sobre os mesmos, Aceitação ou Não-Aceitação destas competências. -----

Sobre este assunto, pediu ainda a palavra o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), dizendo que relativamente à informação que veio da DGAL, a Câmara Municipal tinha aceite o Decreto-Lei 100/2018, de 28/11, sobre as vias de comunicação, porque o prazo para se pronunciar, expirava no dia 01/02/2019, do envio à DGAL, e como este assunto não veio para deliberação desta Assembleia, é sinal de que a Câmara já aceitou esta competência, assim como já aceitou o Decreto-Lei 104/2018, referente à Estrutura de Atendimento ao Cidadão, o que neste último caso implicava também uma decisão da Freguesia, ou seja, nestas duas matérias, a Câmara deliberou por Aceitação e não informou a Assembleia Municipal da sua decisão.-----

Terminando este assunto o Senhor Presidente da Assembleia, sugeriu que o Executivo em sintonia com a Assembleia, elaborasse um documento informativo, sobre as competências que o Município aceitou, para que não houvessem dúvidas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

e para que todos os Senhores Deputados pudessem ter essa informação sobre as competências que foram aceites já para o ano de 2019.-----

Não havendo mais intervenções e concluída a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia, deu por terminada esta Sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA Adriano Pimpão
A 1ª SECRETÁRIA [Assinatura]
A 2ª SECRETÁRIA [Assinatura]